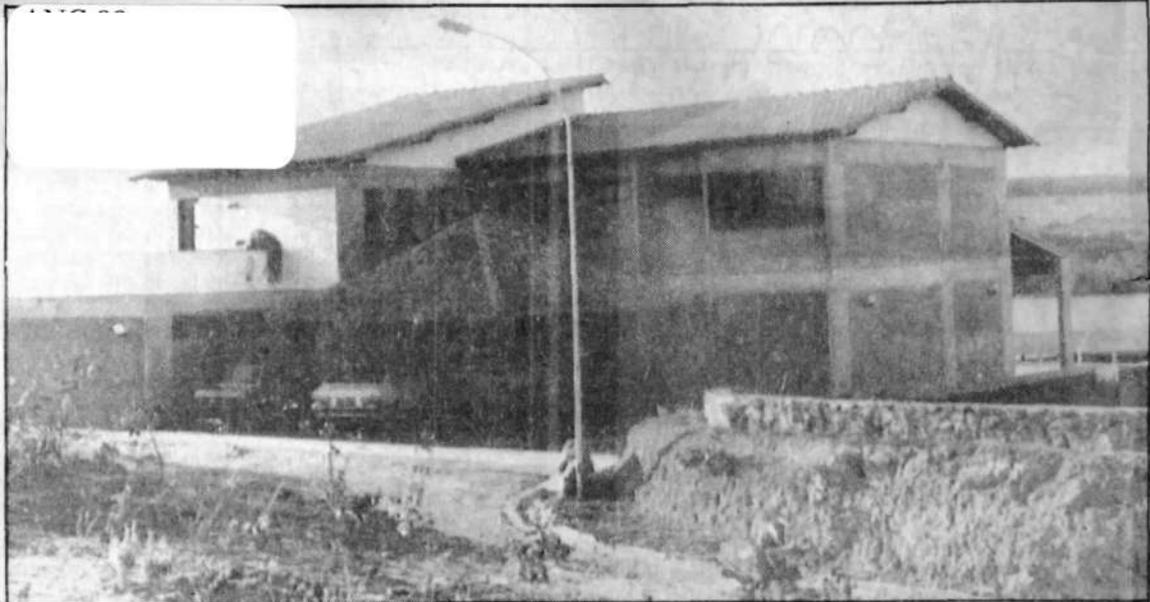


'Profanos' trabalham em clima religioso. É o grupo de Cabral

Foto de Gilberto Alves

PAMELA NUNES



O Instituto Israel Pinheiro, onde se reúnem os 32 constituintes que ajudam o Relator Bernardo Cabral

BRASÍLIA — O Padre Nilson diz que são "profanos". O Relator Bernardo Cabral os escolheu para ajudá-lo. Quase todos os dias, parte de um grupo de 32 constituintes se refugia no Instituto Israel Pinheiro, mantido pelos padres salesianos, a 25 quilômetros de Brasília, e longe da vigilância da imprensa, dos lobbies e dos demais Deputados e Senadores, elabora dois anteprojetos de futura Constituição: um para Cabral, outro para o próprio grupo.

— Os encontros religiosos — explicou Padre Nilson, o responsável pelo local — têm prioridade sobre as reuniões profanas. Mas são as reuniões profanas que nos ajudam a manter o Instituto. No mês passado, hospedamos um grupo do PDT. Agora, estamos cedendo as salas para os constituintes.

E foi justamente a prioridade para os grupos católicos que desalojou os constituintes de lá na última sexta-feira. Pelo menos, esta foi a justificativa que o Deputado Israel Pinheiro Filho — filho do patrono do Instituto — ouviu de Padre Nilson para justificar a impossibilidade de acolher o seletivo grupo de 32 constituintes, que foi obrigado a transferir a reunião para a Comissão de Finanças do Senado. Mas para esta semana já está combinado. Eles voltam para a calma e a tranqüilidade do retiro espiritual.

O lugar é aprazível. Tem vista para os fundos do Palácio da Alvorada, do qual é separado pelas águas tranqüilas do Paranoá. Protegidos pela discrição dos religiosos, os constituintes trabalharam lá durante longo tempo sem que fossem descobertos.

Desde que foi formado, por inspiração de Bernardo Cabral e indicação dos oito relatores de campo que o auxiliaram na primeira fase de sistematização das propostas das comissões temáticas, o grupo cercou-se de mistérios e sigilos. Quase nin-

guém assume a sua paternidade e sempre que podem seus integrantes procuram desvincular-se de qualquer ligação formal com o Relator da Sistematização.

— É melhor que isto fique em sigilo, para evitar ciúmes — argumentou Israel Pinheiro Filho na primeira reunião do grupo, realizada na biblioteca da Câmara dos Deputados.

Foi nesse primeiro encontro que ficou decidido que o melhor seria realizar as reuniões seguintes fora do prédio do Congresso Nacional.

— Vamos nos reunir em um casa de padres — comentou um integrante do grupo, o Deputado Afif Domingos.

A simples divulgação da lista inicial do grupo, que começou com 23 constituintes, provocou profunda irritação em Israel Pinheiro Filho, designado interlocutor dos parlamentares junto aos jornalistas.

— Nós não temos nada a ver com o Cabral. Nem faço parte do círculo dele — disse ele na época.

Interpelado sobre como surgiu o grupo, disparou:

— Foi um auto-gestação. Não existe isto?

Mais adiante, para confirmar

a paternidade, estava outro membro do grupo, que não havia participado da primeira reunião: o pefelista Lúcio Alcântara. Quando foi interrogado sobre a sua ausência no encontro da biblioteca, respondeu com outra indagação:

— Saiu a lista? O Bernardo (Cabral) me avisou que eu ia participar de um grupo de trabalho para ajudar no substitutivo.

O grupo tem características supra-partidárias. É integrado por constituintes de quase todos os partidos, com exceção do PT, PC do B, PSB e PMB. Os demais estão todos representados e, segundo o Senador José Richa, proporcionalmente à bancada na Constituinte. Nela estão alguns dos oito relatores de campo de Bernardo Cabral, como Konder Reis, Sandra Cavalcanti, Virgílio Távora e Nilson Gibson. Participam ainda alguns dos melhores articuladores parlamentares. Entre eles, Afif Domingos, Prisco Viana, José Richa, Egdio Ferreira Lima e José Fogaça.

Politicamente, o peso fica com os "moderados". Estão trabalhando no esboço do substitutivo Bonifácio de Andrada,

José Luiz Maia, Paes Landim, Arnaldo Prieto e Jutahy Júnior. Os "progressistas" estão representados por Maurício Corrêa e Cesar Maia, do PDT, e por Roberto Freire, do PCB, que não compareceu ainda a nenhuma reunião. Pelos "modernos" do PFL participa Lúcio Alcântara. Também foram convocados: Firmo de Castro, Genivaldo Corrêa, Manoel Moreira, Renato Vianna e Cid Carvalho.

Os constituintes esperam concluir o trabalho até o final da próxima semana. O esboço de anteprojeto será entregue a Bernardo Cabral, que estará recebendo também as propostas do grupo inter-partidário, coordenadas por um dos vice-líderes do PMDB na Constituinte, Euclides Scalco. Mas o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, defende a idéia de que a reunião dos dois grupos aconteça antes da conclusão das duas propostas, para que Cabral receba, já no dia 13, quando inicia a redação do seu novo substitutivo, um anteprojeto de consenso. Se isso acontecer, a aprovação do substitutivo na Comissão de Sistematização ocorrerá sem maiores traumas.

Emenda popular pela reforma agrária tem 400 mil assinaturas

BRASÍLIA — O movimento sindical dos trabalhadores rurais coletou esta semana 400 mil assinaturas, na emenda popular da reforma agrária, que começaram a chegar à sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) para serem entregues à Assembléia Nacional Constituinte no próximo dia 12.

A emenda é patrocinada pela Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA), que reúne 18 entidades defensoras da reforma

agrária. A CNRA decidiu que, na próxima semana, a última que antecede a entrega da emenda, será intensificado o trabalho de coleta de assinaturas em todos os estados.

Além disso, resolveu divulgar um documento à sociedade, especialmente trabalhadores, produtores e constituintes, mostrando as razões da emenda popular. De acordo com a CNRA, menos de 4 por cento dos proprietários rurais detêm quase 70 por cento das terras cadastradas no País, 595

milhões de hectares. Apenas 162 propriedades totalizam 36 milhões de hectares, enquanto 12 milhões de trabalhadores rurais não têm terras.

— A reforma agrária não pode se transformar em negociata agrária — afirma a CNRA, ao defender que as desapropriações sejam indenizadas com Títulos da Dívida Agrária (TDA) e não com dinheiro; a obrigação social da propriedade; e a posse automática da União nas terras decretadas para desapropriação.